

permanecem alinhadas às expectativas relacionadas ao atingimento da meta atuarial. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes.-.-.-.-.-.

Antônio Catâneo Neto

Márcio Francisco de Deus

Sandro de Campos Magalhães

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA – OLÍMPIA PREV, GESTÃO JULHO/2025 – JUNHO/2029, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2026, ÀS 15 HORAS.

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas, na sede do OLÍMPIA PREV., sob a direção do Senhor **Sandro de Campos Magalhães**, Presidente do Comitê de Investimentos dos Recursos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Olímpia – OLÍMPIA PREV, com a presença dos membros efetivos **Márcio Francisco de Deus** e **Antônio Catâneo Neto**, realizou-se a décima quarta reunião ordinária do Comitê de Investimentos, da administração 2025/2029. Iniciando os trabalhos, o Diretor Financeiro do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Olímpia – OLÍMPIA PREV, **Sandro de Campos Magalhães**, informou aos presentes que a reunião teria por finalidade apreciar as movimentações financeiras e o desempenho da carteira de investimentos referentes ao mês de julho de 2026. Preliminarmente, destacou-se a importância da análise dos cenários macroeconômico e doméstico como instrumento de suporte à tomada de decisão, à avaliação dos riscos e à consolidação das estratégias de alocação dos recursos garantidores do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. No âmbito internacional, a análise teve início pela economia norte-americana. Os dados

apresentados indicaram melhora no comportamento da inflação durante o mês de julho, confirmando a tendência de desaceleração observada no período anterior. Após variação negativa de -0,4% (quatro décimos por cento negativos) em junho, o indicador apresentou variação de 0,1% (um décimo por cento) em julho. Na sequência, foi analisada a evolução do preço do barril de petróleo, que se manteve próximo de US\$ 84,00 (oitenta e quatro dólares) no período avaliado. O comportamento foi considerado favorável quando comparado ao mês de abril, ocasião em que a commodity chegou a ser negociada acima de US\$ 110,00 (cento e dez dólares) por barril. Ressaltou-se que a redução da cotação do petróleo contribuiu para diminuir as pressões inflacionárias na economia norte-americana, especialmente por seus efeitos sobre os custos de energia, transporte e produção. Na avaliação da inflação acumulada em doze meses, verificou-se desaceleração do índice, que passou de 4,2% (quatro inteiros e dois décimos por cento), em maio, para 3,40% (três inteiros e quarenta centésimos por cento), em julho. A trajetória observada desde março influenciou as decisões de política monetária do Banco Central dos Estados Unidos. Conforme os dados apresentados aos membros do Comitê, na reunião realizada em 29 de julho, a autoridade monetária decidiu manter a taxa básica de juros no intervalo compreendido entre 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) e 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano. No segmento de renda variável, a manutenção dos juros foi absorvida de maneira favorável pelo mercado acionário norte-americano. O índice S&P 500 alcançou, no início de agosto, novo recorde, aproximando-se de 7.701 (sete mil setecentos e um) pontos. Esse movimento refletiu a expectativa dos investidores quanto à continuidade do processo de desinflação e à possibilidade de flexibilização monetária futura. Em sentido distinto, o comportamento dos títulos do Tesouro norte-americano com vencimento em dez anos indicou maior cautela dos agentes econômicos. A taxa desses títulos, que se situava em aproximadamente 4,4% (quatro inteiros e quatro décimos por cento) em julho, avançou para cerca de 4,714% (quatro inteiros e sete décimos por cento) no início de agosto. O aumento das taxas exigidas pelo mercado sinalizou elevação da percepção de risco e maior prêmio requerido pelos investidores para a manutenção de posições de longo prazo.

Prosseguindo, o Presidente do Comitê de Investimentos, senhor Sandro de Campos Magalhães, apresentou aos demais membros os indicadores de inflação e de atividade econômica da Europa. Constatou-se que o bloco econômico ainda enfrentava dificuldades para consolidar o processo de desinflação, uma vez que o índice passou de 2,80% (dois inteiros e oitenta centésimos por cento), em junho, para 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento), em julho. Em contrapartida, o Índice de Gerentes de Compras – PMI, utilizado para aferir o ritmo da atividade nos setores produtivos, apresentou aceleração. O indicador, que havia permanecido abaixo de 48 (quarenta e oito) pontos em maio, encerrou julho acima de 51 (cinquenta e um) pontos. Como resultados superiores a cinquenta pontos normalmente indicam expansão da atividade econômica, os dados sugeriram recuperação moderada da economia europeia, apesar da persistência das pressões inflacionárias. Na continuidade dos trabalhos, passou-se à análise do ambiente econômico doméstico. Considerando o comportamento da inflação mensal desde março, foram identificados sinais de maior controle dos preços. Em julho, o indicador encerrou o período com variação de 0,07% (sete centésimos por cento), havendo expectativa de deflação para agosto. Segundo a avaliação do Comitê, a confirmação desse cenário poderia contribuir para a continuidade do ciclo de redução da taxa básica de juros no Brasil. Os membros presentes também discutiram o crescimento do endividamento das famílias brasileiras. Conforme dados recentemente divulgados por órgãos de proteção ao crédito, aproximadamente oito em cada dez brasileiros apresentavam algum nível de endividamento. Avaliou-se que o comprometimento da renda e a consequente redução da capacidade de consumo poderiam contribuir para a desaceleração da demanda agregada e, por consequência, para a redução das pressões inflacionárias. No acumulado dos últimos doze meses, a inflação encerrou julho em 4,44% (quatro inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento), permanecendo abaixo do limite superior da meta, fixado em 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento). Em relação à política monetária, registrou-se que, na reunião do Comitê de Política Monetária – Copom realizada em agosto, foi promovido novo corte na taxa Selic, que passou para 14,00% (quatorze inteiros por cento) ao ano. Com isso, a redução acumulada no exercício alcançou 1,60% (um

inteiro e sessenta centésimos por cento). Apesar do início do ciclo de flexibilização monetária, os juros reais permaneceram em patamar elevado, mantendo a atratividade dos ativos de renda fixa pós-fixados. Os indicadores relacionados à produção e aos serviços apontaram desaceleração da atividade econômica, situando-se abaixo de 49 (quarenta e nove) pontos. Esse resultado reforçou a percepção de perda de dinamismo da economia e de possível redução das pressões sobre os preços no médio prazo. Quanto ao mercado cambial, verificou-se forte oscilação da moeda norte-americana. Na data da reunião, o dólar era negociado a aproximadamente R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), após ter transitado próximo de R\$ 5,10 (cinco reais e dez centavos) durante os meses de junho e julho. O mercado acionário brasileiro também apresentou elevada volatilidade, com sucessivos pregões de baixa e desvalorização acumulada superior a 10,00% (dez inteiros por cento) nos últimos seis meses. O Comitê avaliou, ainda, o movimento de saída de capital estrangeiro observado desde o início de agosto, fator que contribuiu para a pressão sobre o câmbio, para o aumento da volatilidade dos ativos e para a piora da percepção de risco do mercado doméstico. Em seguida, realizou-se comparação entre as projeções divulgadas pelo Boletim Focus. Na publicação de referência de 17 de agosto de 2026, constatou-se perspectiva ligeiramente mais favorável para a inflação ao final do exercício, projetada em 5,02% (cinco inteiros e dois centésimos por cento). Para o Produto Interno Bruto – PIB, as expectativas de mercado encontravam-se próximas de 1,98% (um inteiro e noventa e oito centésimos por cento). A projeção cambial permaneceu estável em R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), enquanto a estimativa para a taxa Selic ao final de 2026 foi reduzida de 14,00% (quatorze inteiros por cento) para 13,75% (treze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano. Encerrada a análise dos cenários econômicos, o Presidente do Comitê de Investimentos disponibilizou aos presentes a planilha contendo os saldos atualizados dos fundos integrantes da carteira do OLÍMPIA PREV. De acordo com o demonstrativo, o total dos recursos investidos alcançou R\$ 265.497.548,55 (duzentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos). No período analisado, a carteira apresentou rentabilidade de 0,56% (cinquenta e

seis centésimos por cento), correspondente a um resultado financeiro positivo de R\$ 1.488.952,38 (um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos). Também foram apresentados o demonstrativo mensal e o demonstrativo acumulado das receitas e despesas referentes ao mês de julho e ao exercício de 2026. Na sequência, foi submetido à análise dos membros o Relatório Analítico de Investimentos, no qual constava patrimônio total aplicado de R\$ 261.026.157,67 (duzentos e sessenta e um milhões, vinte e seis mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta e sete centavos). Os membros procederam à verificação dos enquadramentos da carteira em relação à Resolução CMN nº 5.272/2025 e à Política de Investimentos vigente. Foram identificadas situações de desenquadramento passivo decorrentes do período de adaptação às disposições da nova regulamentação. Registrou-se que tais ocorrências não resultaram de novas aplicações em desacordo com os limites estabelecidos, devendo permanecer submetidas ao acompanhamento periódico do Comitê e aos procedimentos de regularização aplicáveis. Em relação ao desempenho dos ativos, o maior resultado positivo do período foi apresentado pelo fundo CAIXA Brasil IDKA IPCA 2A Títulos Públicos Renda Fixa Longo Prazo. O menor desempenho mensal foi registrado pelo BB Ações Bolsa Americana Fundo de Investimento em Ações. Ressaltou-se, entretanto, que a avaliação de ativos com exposição à renda variável não deve se limitar ao resultado de um único mês. No acumulado dos últimos doze meses, o referido fundo ainda apresentava rentabilidade positiva superior a 26,00% (vinte e seis inteiros por cento). Quanto à distribuição dos recursos entre as instituições financeiras, verificou-se concentração de 49,78% (quarenta e nove inteiros e setenta e oito centésimos por cento) na Caixa Econômica Federal; 22,25% (vinte e dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) no Banco do Brasil; 18,08% (dezoito inteiros e oito centésimos por cento) no Banco Bradesco; 8,41% (oito inteiros e quarenta e um centésimos por cento) na Cooperativa de Crédito Sicredi; 0,94% (noventa e quatro centésimos por cento) no Banco Santander; e 0,54% (cinquenta e quatro centésimos por cento) no Banco Itaú. Sob a perspectiva das estratégias de investimento, constatou-se que 74,79% (setenta e quatro inteiros e setenta e nove centésimos por cento) da carteira estavam alocados em ativos vinculados ao CDI.

Essa composição refletia a estratégia conservadora adotada pelo Instituto diante da manutenção da taxa Selic em patamar elevado, priorizando liquidez, preservação do capital, baixa volatilidade e rentabilidade compatível com a meta atuarial. A rentabilidade financeira acumulada da carteira no exercício totalizou R\$ 19.583.431,41 (dezenove milhões, quinhentos e oitenta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e um centavos). No mês, o retorno correspondeu a 1,21% (um inteiro e vinte e um centésimos por cento), representando acréscimo patrimonial de R\$ 3.132.149,90 (três milhões, cento e trinta e dois mil, cento e quarenta e nove reais e noventa centavos). No acumulado do exercício, a carteira alcançou rentabilidade de 8,08% (oito inteiros e oito centésimos por cento), superando a meta atuarial acumulada de 6,75% (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento). A diferença positiva correspondeu a 1,33 ponto percentual (um inteiro e trinta e três centésimos de ponto percentual), demonstrando desempenho satisfatório dos recursos garantidores do RPPS no período analisado. O desempenho foi apresentado graficamente aos membros, ficando evidenciado que o resultado positivo do exercício estava relacionado às decisões prudenciais adotadas pelo Comitê, especialmente à manutenção de parcela relevante da carteira em fundos de renda fixa pós-fixados, com elevada liquidez e menor exposição à volatilidade de mercado. Após a análise do cenário econômico, do desempenho da carteira e dos limites previstos na nova regulamentação, deliberou-se pela destinação dos aportes futuros, provenientes dos repasses mensais da Prefeitura, ao fundo SICREDI Liquidez Empresarial DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa. A decisão considerou que o fundo se encontrava apto ao recebimento de novas aplicações e apresentava características compatíveis com as necessidades de liquidez, segurança e preservação patrimonial do Instituto. A estratégia também permitia capturar a remuneração dos ativos pós-fixados em um ambiente de juros ainda elevados, mantendo reduzida exposição às oscilações da curva de juros. A manutenção das alocações nessa estratégia foi considerada adequada diante da persistência de incertezas relacionadas à inflação, do acirramento das tensões geopolíticas, da redução do ritmo da agenda de reformas estruturais, das preocupações com a trajetória fiscal e da proximidade do

período eleitoral. Nesse contexto, entendeu-se que os ativos pós-fixados apresentavam relação entre risco e retorno compatível com o perfil previdenciário da carteira e com o objetivo de cumprimento da meta atuarial. O Presidente do Comitê ressaltou, contudo, que a deliberação não afastava a necessidade de monitoramento contínuo dos mercados. Eventuais alterações relevantes nos indicadores econômicos, na trajetória dos juros, nas expectativas de inflação ou nas condições fiscais poderiam justificar a revisão da estratégia, sempre com base em análises técnicas, estudos de risco e observância da Política de Investimentos. Na sequência, foram apresentadas e referendadas as principais movimentações financeiras constantes das Autorizações de Aplicação e Resgate – APRs relativas ao mês de julho de 2026. Por fim, o Relatório Analítico de Investimentos foi colocado em discussão e submetido à votação. Não havendo objeções, foi aprovado pelos membros presentes, ficando definido o seu encaminhamento ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva para conhecimento, apreciação e adoção das providências pertinentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes.....

Antônio Catâneo Neto

Márcio Francisco de Deus

Sandro de Campos Magalhães

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA – OLÍMPIA PREV, GESTÃO JULHO/2025 – JUNHO/2029, REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2026, ÀS 15 HORAS.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas, na sede do OLÍMPIA PREV., sob a direção do Senhor **Sandro de**